

CABIMENTO DE HABEAS CORPUS AOS APÁTRIDAS ¹

Jean Santos de Souza ²
Rogério Cóis de Oliveira Mendonça ³
Prof. Esp. Luiz Antonio Borri ⁴
Prof. Esp. Taigoara Finardi Martins ⁵

Este trabalho tem como objetivo promover a devida análise referente ao *habeas corpus* sendo este direcionado aos casos de perda de nacionalidade, com finalidade de demonstrar as diretrizes adequadas e possibilidades do indivíduo “apátrida” de se sobressair de tal situação em território brasileiro. Serão abordadas conceituações históricas relacionadas ao mecanismo, desde o seu surgimento, como também sua vigência na legislação nacional, acompanhada das modificações constitucionais já realizadas para tal previsão. Será apresentado o conceito de nacionalidade, assim como as causas possíveis e ocorridas gerando a perda da mesma, enfatizando a importância da nacionalidade do indivíduo e as consequências advindas a partir da sua não existência. No caso presente, será demonstrado como assunto principal do trabalho, a atuação do *habeas corpus* no auxílio do caso de apatridia, objetivando de fato a resolução do devido problema, sendo esta ação constitucional fundamentada nos dispositivos trazidos pela Constituição Federal assim como nos demais regulamentos estabelecidos e adeptos pela nação encontrados na Convenção de 1954, sobre o Estatuto dos Apátridas, e sobre a Lei da Nacionalidade n.º 37/1981. Há uma previsão de medidas cautelares das convenções elencadas acima, nas quais estas serão expressas com o intuito de promover uma análise e valoração dos conteúdos nelas presentes, reverenciando a relevância do cumprimento dos direitos fundamentais individuais como o da liberdade e dignidade da pessoa humana, vinculados aos tratados anteriormente citados. E finalmente, realizar a percepção se cabível de fato a execução do *habeas corpus* a uma pessoa apátrida, analisando as duas espécies legais do remédio heroico, sendo o Liberatório ou o Repressivo, relatando casos já ocorridos em território nacional.

Palavras – Chaves: Habeas Corpus; Apátrida; Nacionalidade.

¹ Trabalho apresentado no VII Encontro de Iniciação Científica e de Extensão da FACNOPAR.

² Acadêmico do 4º Período B de Direito da FACNOPAR.

³ Acadêmico do 4º Período B de Direito da FACNOPAR.

⁴ Professor de Direito Penal II da FACNOPAR. Orientador do trabalho.

⁵ Professor de Direito Constitucional III da FACNOPAR. Orientador do trabalho.